

ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E PROJETOS
PDTIC 2022-2023

Data: Março de 2023 v3.0

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES															
Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido (justificativa)	Benefícios Estimados	Posição Atual	GP/Responsável	Status	Início Previsto	Entrega Produto Final Prevista	Custo Estimado	Custo Realizado	PRIORIZ. CÃO (TOTAL)	É uma Transformação Digital? (PTD)?	Link GitLab	Objetivo Estratégico EnticJud	Objetivo Estratégico CSJT
Renovação do parque de notebooks (Nome antigo: Renovação do parque de notebooks Positivo N350)	Aquisição e fornecimento de 61 notebooks para substituição dos que estão em uso atualmente no TRT. Serão substituídos os notebooks em uso pelos magistrados, assistentes de Desembargadores/Assistentes de Juiz de 1º Grau e pela Varas do Trabalho e Escola Judicial.	Os notebooks da marca Positivo, modelo N350, estão em uso no TRT há mais de 05 anos e já se encontram fora do período de garantia. Os notebooks Positivo NH 140, estão em uso há mais de 03 anos e o período de garantia termina em junho de 2022. A ação visa substituir esses dois modelos de notebooks, além de redistribuir os notebooks Dell, que permanecem em período de garantia até de 2022.	Atualização do parque de equipamentos do Tribunal, com as respectivas garantias atualizadas. Disponibilizar aos usuários equipamentos mais novos e com configuração superior, aptos a acessar sistemas que demandam mais poder de processamento.	Realizada a contratação (contrato 06/2021) de 289 notebooks (valor unitário R\$1.000,00), todos recebidos (incluindo a quantidade prevista fora de 226, relativa ao número de notebooks N350 contido no parágrafo). No entanto, houve o aumento de 289, com o objetivo de equiparar a quantidade ao número de magistrados do TRT. Além desses, foram adquiridos nesse contrato mais 27 unidades, a fim de aproveitamento do orçamento e para adaptar parte da troca dos notebooks NH 140, os quais precisavam ser trocados em 2022. Em março/2022 realizada a compra de mais 251 notebooks necessários para a substituição dos notebooks Positivo NH 140. Em outubro/2022 recebidos 61 notes (ativos). A Provedoria definiu que a distribuição dos notebooks seguirá a seguinte regra: Notebooks HP (novos); serão entregues para os magistrados; Notebooks Dell (atualmente em manutenção); serão devolvidos à Setic para serem entregues para os assistentes e assessores; Notebooks Positivo NH 140 (que estão com magistrados/assistentes) ou os novos que ainda serão comprados - serão fornecidos às VTs e Escola Judicial para substituir os Positivo N350. Em resumo, para essa ação foram adquiridos ao todo 628 notebooks HPs, para substituição dos dois modelos (N350 e NH 140), sendo: 226 + 27 (substituição em 2021 PRONAD-1370/2021) + 251 (início de 2022) = ativo de 61 recebidos em outubro/2022. Novo email encaminhado para magistrados e assistentes, indicando o prazo de até 14/abr/23 para agendamento da retirada. Posição de 08/03/2023: temos 389 notes entregues, de um total de 628.	Paula Medaglia	Em Execução	abril/2021	junho/2023	R\$ 1.386.000,00 Valor estimado em 2021 para 226 notebooks com base na ARP do TRT8 R\$ 224.000,00 Valor estimado em 2022 para 278 notes no valor de R\$8.000,00 R\$ 187.000,00 Valor estimado em 2022 para 278 notes no valor de R\$8.000,00 R\$ 427.000,00 Ativo de 61 notes x R\$ 7.000,00, totalizado em 2022 (obs. todos comprados com o mesmo valor)	4250	NÃO		OENI: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas		
Adequação das salas de audiências e sessões	Equipar salas de sessão e salas de audiência com equipamentos de som e imagem, bem como realizar as adequações nos ambientes físicos necessários para realização de audiências mistas por videoconferência, visando pela qualidade do som e imagem, necessárias para depoimentos que serão sempre gravados.	As audiências e sessões por videoconferência mistas, onde parte dos participantes está presente nas salas do TRT e parte está remotamente, exigem a instalação de equipamentos que possibilitem que todos os participantes sejam vistos e ouvidos pelos demais. Para isso é necessária a instalação de câmeras e microfones em todas as salas.	Possibilidade de realizar as audiências e sessões mistas (híbridas).	Salas de sessão: Adequação do plenário, sala do termo e a 4 salas do 9º andar concluídas e em uso. Sala de audiência: Solução definida pela SETIC já está implantada em todas as salas de audiência (1 câmera e 1 webcam comum). No entanto, demonstramos baixa qualidade do áudio da gravação e foram avaliadas outras duas alternativas, que se mostraram adequadas nos testes: 1) áudio captado por microfones USB unidirecionais. Envolve a compra de microfones e hubs USB, para atender a todas as salas de audiências, além da contratação de um software para o gerenciamento do funcionamento desses microfones; 2) uso de mesas de som. Da análise em reunião com o Comitê de Governança as duas alternativas foram apresentadas e foi aprovada a compra de duas mesas de som, sem a compra de software. Encaminhado o Termo de Referência de 1 mesa de som e 5 microfones unidirecionais por sala, num total de 159 mesas e 795 microfones (adicionar a esse número uma quantidade para reserva técnica).	Diego Conessa	Em Execução	dezembro/2020	dezembro/2023	SALAS DE AUDIÊNCIA: orçamento inicial total de R\$3.000.000,00 para solução (1 mesa de som e 5 microfones) e 159 salas + reserva técnica	SALAS DE SESSÃO: total de R\$49.218,00 sendo: 32 (plenário)+32 (do andar) +12(salas de sessões de termo), com câmeras no valor de R\$388,00 cada. Instalação de uma TV de 55" em cada sala de sessão (exceto no Plenário que possui o telão) 5 TVs, com valor de R\$2.778,00 cada.	3750	NÃO	https://gitlab.td.jus.br/ocd/ptd/projetos/pca-016-2022	OENI: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	OPET0: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados
Renovação parcial do parque de computadores positivo C820	Aquisição e instalação de 500 microcomputadores para substituição parcial dos equipamentos Positivo C820 que estão em uso atualmente nas unidades judiciárias e administrativas do TRT, com o prazo a vencer, bem como a substituição de outros equipamentos antigos que permanecem em uso. Os equipamentos serão adquiridos com 5 anos de garantia.	Os computadores da marca Positivo modelo C820, estão em uso no TRT há mais de 04 anos, com término de garantia em setembro/2023, justificando substituição.	Atualização do parque de equipamentos do Tribunal, com as respectivas garantias atualizadas, de acordo com o limite orçamentário. Disponibilizar aos usuários equipamentos mais novos e com configuração superior, aptos a acessar sistemas que demandam mais poder de processamento.	Compra já realizada pelo TRT. Necessário realizar adido a sala de registro de prep (PRONAD 147/2022), referente às 500 unidades a serem adquiridas inicialmente para essa ação.	Paula Medaglia	Em Execução	novembro/2023	setembro/2023	R\$2.258.500,00 (referente a 500 unidades)		4750	NÃO		OENI: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	
Renovação de Impressoras Multifuncionais	Aquisição e instalação de 409 multifuncionais para substituição das multifuncionais Lexmark MX611 que estão em uso atualmente e sem garantia desde 2019. As novas multifuncionais serão compradas com 05 anos de garantia, com fornecimento de toner adicional para até 30.000 páginas e serviço de transporte e instalação dos equipamentos.	As multifuncionais Lexmark MX611 estão em uso no TRT desde 2016. A garantia terminou em 2019. Desde então, qualquer chamado que seja o conteúdo destes equipamentos necessita abertura de ordem de serviço, com custo adicional.	Atualização do parque de impressoras multifuncionais do Tribunal, com as respectivas garantias atualizadas. Disponibilizar aos usuários impressoras multifuncionais novas, com configuração superior e recursos mais avançados como a possibilidade de digitalizar gerando um pdf pesquisável (OCR).	Pedido realizado. Aguarda a homologação do preço para a assinatura do contrato. A partir da assinatura do contrato, o fornecedor terá 90 dias para realizar a instalação dos equipamentos.	Paula Medaglia	Em Execução	junho/2023	setembro/2023	R\$3.067.500		5000	NÃO		OENI: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	
Monitores de 27" para Magistrados	Fornecimento de monitores de 27" para uso dos magistrados, quando estiverem fora das dependências do Tribunal. Ao todo serão compradas 300 unidades, sendo 250 para os Magistrados e 50 para reserva técnica.	Os monitores atualmente fornecidos para os magistrados utilizarem quando estão fora do TRT são muito antigos e pequenos, de 20".	Atualização do parque de equipamentos do Tribunal, com as respectivas garantias atualizadas. Disponibilizar aos magistrados monitores novos, com configuração superior e recursos mais avançados do que os usados atualmente, possibilitando a visualização de mais de um sistema simultaneamente na mesma tela.	Monitores comprados (300 unidades) e em fase de entrega aos magistrados.	Paula Medaglia	Em Execução	março/2023	setembro/2023	R\$ 528.800,00		5000	NÃO		OENI: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS															
Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido (justificativa)	Benefícios Estimados	Posição Atual	GP/Responsável	Status	Início Previsto	Entrega Produto Final Prevista	Custo Estimado	Custo Realizado	PRIORIZ. CÃO (TOTAL)	É uma Transformação Digital? (PTD)?	Link GitLab	Objetivo Estratégico EnticJud	Objetivo Estratégico CSJT
Documentação de integrações entre sistemas Nome antigo: Documentação das integrações de sistemas ao PJe	Documentar tecnicamente as dependências de integração entre os sistemas estratégicos do Tribunal. Escopo são as integrações dos sistemas PJe e SIGEP.	PJe é acessado por muitos sistemas do TRT através dos mais diversos meios (web services, procedures, views). Importante documentar essas integrações para controle e evitar impactos em mudanças de versão do PJe. Atualmente existe um documento que apenas identifica quais sistemas são integrados ao PJe. Levantamento previsto para ser concluído até junho/23.	Redução de risco de impactos de troca de versão do PJe.	Ação já havia sido planejada para 2021. Na reunião do PDTIC/2023, definido que o escopo são as integrações dos sistemas PJe e SIGEP e definida a continuidade do levantamento. As informações estão sendo registradas no Changelog, indicando os afetados das integrações (como views, web services e procedures) que consomem ou são consumidos por esses sistemas. Levantamento previsto para ser concluído até junho/23.	Paulo do Carmo	Em Execução	junho/2021	junho/2023			1170	NÃO	https://gitlab.td.jus.br/ocd/ptd/ptd-016-2022	OENI: Aperfeiçoar a Governança e a Gestão	
PJe 2.0 - Auto cadastramento de advogados e Ato Postulatório, em arquitetura orientada a serviços Nome antigo: (PJEKZ-36926) Auto cadastramento de advogados e ato post	Colaborar com os Tribunais de JT para desenvolver funcionalidades de arquitetura legada do PJe para a arquitetura 2.0. O desenvolvimento do auto cadastramento de advogados e Ato Postulatório (partes que são auto representadas) com as seguintes características: compatível com a nova arquitetura tecnológica definida pelo CSJT; interface com visual leve e moderno e usabilidade com recursos que proporcionem facilidade na manutenção de dados das pessoas cadastradas no PJe.	Funcionalidades em arquitetura legada do PJe 1.0 oferecem maiores vulnerabilidades e menor grau de manutenibilidade.	Atualização tecnológica. Redução de vulnerabilidades. Maior facilidade nas manutenções e atualizações.	Estava aguardando API para estrutura de documentos pessoais, que foi liberada pela CSJT final de setembro/22. Desenvolvimento iniciado em outubro/22. Em maio/23, projeto havia sido suspenso, por falta de formalização dos novos integrantes do OMI e aguardando definições para a continuidade do projeto. Retornado início de 2023 e equipe desenvolvendo conforme definições que já existiam. Está sendo desenvolvido com um módulo separado do PJe. Objetivo é concluir e realizar a entrega, para validação posterior.	Fábio Garcia	Em Execução	03/10/2022	junho/2023			2625	SIM	https://gitlab.td.jus.br/ocd/ptd/ptd-016-2022	OENI: Promover a Transformação Digital	
FAE 2.0 - Nacionalização do Sistema de Apoio a Execução Nomes antigos: FAE 3.0 - Evolução do Sistema de Apoio à Execução FAE 3.0 - Nacionalização e Evolução do Sistema de Apoio à Execução	Nacionalizar o Sistema de Apoio à Execução (FAE), retirando dependências de sistemas locais e segundo padronização do CSJT, para que possa ser utilizado por todo JT. OBS: - Ao reportar para a ENTIC-JUD, englobar os resultados da ação FAE 3.0 - Evolução do Sistema de Apoio à Execução"	Atender a demanda do CSJT de disponibilizar o sistema FAE 2.0 de Apoio à Execução para todas as unidades da Justiça do Trabalho.	Possibilidade de usar o FAE 2.0 por todas as unidades da Justiça do Trabalho.	Sistema a princípio tinha sido ajustado para ser instalado em todos os Tribunais. Realizado piloto em homologação com sucesso no TRT8, em agosto/21. No entanto, CSJT indicou adequações necessárias a serem feitas, adaptar a programação a requisitos técnicos e estruturas dos sistemas nacionais e solucionar questões de performance (identificadas em Tribunais grandes). Solicitou também o ajuste nos requisitos documentais, manual de usuário e documento de arquitetura de software. AÇÃO SUSPENSA em setembro/22; nenhum esforço para nacionalização deve ser feito no momento. Aguardando posição do CSJT se o FAE será um sistema nacional ou se o EXE-PJe assumirá essa funcionalidade (conforme registro na ESP-IC-2020). Após a mudança de gestão do CSJT (substituição), Lucio buscou uma reunião com o grupo de trabalho: "Proceda Lucio / TRT04 Gerente Projeto, informo que está questão será enviada à nova gestão recém-empossada no CSJT para deliberação". OBS: Os esforços para melhorias na FAE versão do TRT4 devem continuar.	Luisa Speranza	Suspenso	junho/2021	dezembro/2022			4250	SIM	https://gitlab.td.jus.br/ocd/ptd/ptd-016-2022	OENI: Promover a Transformação Digital	
Migração portais do JENTRA	Migrar, implementando novamente sistemas e serviços caso necessário, ambiente possui portal antiga internet, possui portal antiga extranet e possui portal antiga intranet, destacando esses ambientes.	O Portal VOX utiliza o gerenciador de portais, tecnologia atualizada, usada também no Portal de Internet. Entretanto, ficou permeável a migração de projetos e programas antigos, baseados nos antigos intranet e extranet. Esses portais, em ambiente desatualizado e com vulnerabilidades de segurança, precisam ser migrados e destacados definitivamente.	Patronização de ambientes e tecnologias adotadas para portais. Redução de vulnerabilidades de segurança	Boas práticas de internet (a foi desligado, "Boas práticas extranet e intranet ainda dependem de algumas migrações e converções de sistemas." Atualização de valores (PÇA) e APEX para módulo de classificados Banco de dados: desativado em 10/01/2022 (autorizado por Jefferson Andrade-Congregador); Banco de assistentes: convertido para aplicação em Apex (outubro/2020). Em fevereiro/22 recebeu Andrade autoriza retirada. Retirado em julho/22 do Google Sites; Páginas de Atos normativas e Comunicações do 1º Grau: páginas migradas para o VOX em 22/02/2023, acessíveis pela página principal da Congregação (autorizada por Jefferson Andrade); Formulário de eliminação de documentos (Coordenadora Processual): nova aplicação desenvolvida em produção em julho/22; Extranet: extranet antiga desligada em julho/22. Última aplicação migrada: consulta do contra-cheque para apontamentos (online); Boas Práticas: desativado em setembro/22; Autorização de acesso aos dados do RPP: desativado em 03/fev/23, substituído por funcionalidade do SIGEP. A converter / desativar: OSA (Google Search Applet): sendo substituído pela indexação de documentos do site no Google Search (recursos de versão mais atual). Sistema de controle de comunicações: avaliar a possibilidade de desativação. Banco de Talentos: avaliar a possibilidade de desativação. Banco de Talentos: avaliar a possibilidade de desativação. Peticionamento eletrônico PJe e VPE: (visualizador de projetos eletrônicos): será validado com Jefferson Andrade, a fim de orientar que o uso pode ser via posicionamento no sistema (campo (posicionamento de processos físicos)). Santa WiFi advogados: sendo substituído por outra solução.	Rubilar	Em Execução	agosto/2021	junho/2023			2500	NÃO	https://gitlab.td.jus.br/ocd/ptd/ptd-016-2022	OENI: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	OPET0: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados

COORDENADORIA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS															
Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido (justificativa)	Benefícios Estimados	Posição Atual	GP/Responsável	Status	Início Previsto	Entrega Produto Final Prevista	Custo Estimado	Custo Realizado	PRIORIZ. CAG (TOTAL)	É uma Transformação Digital? (PTD)?	Link GitHub	Objetivo Estratégico Enticud	Objetivo Estratégico CSJT
Implementação de soluções de proteção contra ataques cibernéticos (Protocolos de Segurança Cibernética)	Implementação de soluções de proteção contra ataques cibernéticos, conforme foi indicado na avaliação de soluções tecnológicas atuais (de acordo com o cronograma do Protocolo de Segurança Cibernética - PSCP/ChT). Os planos desta ação, que abrangem o prazo compreendido no CAU no projeto dos Protocolos de Segurança Cibernética, serão realizadas as implementações possíveis de serem prioritárias nesse período. Caso restarem implementações a serem feitas, farão parte de um plano de trabalho posterior.	Uma das atividades da ação de "Protocolos de Segurança Cibernética" é a atualização das soluções tecnológicas atuais, a fim de verificar quais existentes e levantar quais controles e boas práticas devam ser adotadas para melhor monitorar, detectar, conter e eliminar ataques cibernéticos. Com isso, a presente ação se faz necessária a fim de atender o que foi indicado após essa avaliação, no que se refere à implementação de soluções de proteção contra ataques cibernéticos.	Redução de riscos de ataques cibernéticos ao TRT 4, por meio da implementação de soluções de proteção eficazes. Atendimento ao Protocolo de Prevenção a Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PPPCiber).	Elaboração do Relatório de riscos cibernéticos - Resultado das Ações de Monitoramento e Prevenção (RTP) registro das ações a serem realizadas referente a esse item. Ações vinculadas: Implementação do NMAP, controlado na ação "Avaliação e Implantação de nova solução de segurança de borda em rede". PDTCC/DCS/SPD: Revisão da guia de desenvolvimento seguro. Revisão concluída. Implantação de gestão de risco para a equipe CDS (concluído). PDTCC/DCS/SPD: Implantação de solução em nuvem (AWS) para proteção e otimização de borda de rede em implantação, previsão 31/março/23. PDTCC/DCS/SPD: Implantação de solução de gestão de vulnerabilidade (concluído). Blacklog/CT: Implementar melhorias no controle de executáveis e de scripts (concluído). Blacklog/CT: Atualização de sistema operacional de servidores (80% concluído). Blacklog/CT: Sanitização das credenciais administrativas/privilegiadas (80% concluído). Blacklog/SPD: Implantação de solução de gerenciamento de ativos privilegiados (PAM) em implantação. Blacklog/SPD: Elaboração de planos de resposta aos incidentes mencionados (em andamento, previsão junho/23).	Lucas Pozati/Cristina Navesco	Em Execução	setembro(2021)	junho(2023)			4625	NÃO	https://github.com/BRPSC/pscc4	ODEN7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	OPET0: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados
Implantação de solução em nuvem para proteção e otimização de borda de rede	Contratação e adoção de solução em nuvem para aprimoramento da segurança de borda da rede, protegendo o Tribunal de ameaças (ataques de negação de serviço, robôs de consulta em massa e invasões por injeção de código malicioso) antes mesmo que elas alcancem suas fronteiras com a internet. O serviço deverá incluir uma rede de distribuição de conteúdo (CDN - content delivery network), um firewall de aplicativos web (WAF - web application firewall), solução de gestão de robôs, blindagem de site (forçando todo acesso através das ferramentas de segurança) e serviço de nomes de domínio (DNS - domain name services).	Por mais de seis meses há atualizações e permanentemente gerenciadas, os mecanismos de proteção de infraestrutura tecnológica tradicionais não são suficientes para conter ataques cibernéticos cada vez mais complexos e sofisticados que têm ocorrido recentemente.	Aumentar substancialmente o nível de segurança da infraestrutura tecnológica e dos ativos de informação do Tribunal, melhorando a segurança da informação do processo judicial. DNS em nuvem implantado. CDN, WAF e APLICADOS implantados para 2 dos 3 sistemas que compõem o escopo da implantação da nova solução de Gestão de Riscos e Compliance (Interset SA), rotando serem aprovadas formalmente. Em setembro/23 foi iniciada a revisão da Política de Segurança da Informação do TRT4. Revisão dos PCN's em andamento. Remoção de escopo de SCSB finalizada. Declaração de aplicabilidade finalizada. Levantamento de riscos em andamento. Revisão dos processos de Seginf em andamento. Revisão de indicadores e metas em andamento.	Lucas Pozati	Em Execução	junho(2022)	março(2023)	R\$ 1.991.088,63		5600	NÃO		ODEN7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	OPET0: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados	
SCSI cudo 2023	Manutenção do nível e da maturidade da segurança da informação no TRT4	Necessidade de manutenção do nível de segurança da informação em níveis aceitáveis pelo negócio.	Manutenção e/ou melhoria de índices estatísticos de disponibilidade, integridade e confiabilidade das informações, sistemas e infraestrutura tecnológica do Tribunal.	Lucas Pozati	Em Execução	março(2023)	dezembro(2023)			2375	NÃO		ODEN7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	OPET0: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados	
Estudo e contratação de solução de firewall corporativo	Análise de mercado para substituir o firewall de rede checkpoint, cujo contrato de suporte e de atualização se encerra em outubro/23.	Evitar que um ativo extremamente crítico para o ambiente tecnológico seja utilizado sem contrato de suporte e de atualização, impactando diretamente na segurança e bom funcionamento do ambiente.	Atualização tecnológica da solução de firewall corporativo. Manutenção do nível de proteção do ambiente tecnológico de forma contínua.	Lucas Pozati	Em Execução	junho(2022)	setembro(2023)	Custo a estimar		4250	NÃO		ODEN7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	OPET0: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados	
Implantação de solução para conscientização de segurança da informação por meio de gamificação	Disponibilizar aos usuários uma forma mais interativa, dinâmica, interessante e eficaz para abordar temas de conscientização de segurança da informação, por meio de gamificação.	Baixo interesse e adoção dos usuários às ações propostas sobre segurança da informação, gerando baixo conhecimento sobre esse tema por parte dos usuários, gerando maior probabilidade de exposição do ambiente tecnológico aos riscos de segurança.	Ótimo maior interesse e participação dos usuários nas ações de conscientização sobre segurança da informação. Diminuir os riscos de segurança do ambiente tecnológico, por meio da disseminação de mais informações de conscientização aos usuários.	Lucas Pozati	Em Execução	março(2023)	setembro(2023)	Custo a estimar		3250	SIM		ODEN7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	OPET0: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados	
Implantação de solução SOC (Security Operation Center) /MDR (Managed Detection and Response)	Contratar serviço gerenciado de segurança para monitoramento e resposta a eventos de segurança da informação no ambiente tecnológico do TRT4.	Devido à crescente necessidade de proteção no ambiente tecnológico, cada vez mais soluções de segurança passam a fazer parte do rol de ferramentas, logo faz com que sejam necessários diversos eventos em diferentes contextos, impossibilitando a equipe da CSIRT, que é bastante enxuta, de analisar preventivamente de forma eficiente o que está ocorrendo no ambiente, de forma que se tenha uma visibilidade satisfatória.	Acréscimo de recursos humanos e tecnológicos para segurança da informação. Conformidade com melhores práticas de segurança da informação. Aumento da capacidade de monitoramento e resposta a incidentes de segurança da informação, por maior proatividade.	Lucas Pozati	Não Iniciado	A definir	A definir			3500	NÃO		ODEN7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	OPET0: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados	

ATOES E PROJETOS CONCLUÍDOS - RESULTADOS E BENEFÍCIOS

Nome	Objetivo/O que foi feito	Problema a ser resolvido (justificativa)	Benefícios Estimados/Realizados	Posição Final	GP/Responsável	Status	Início Previsto	Entrega Produto Final Realizada	Custo Estimado	Custo Realizado	PRIORIZ. CAG (TOTAL)	É uma Transformação Digital? (PTD)?	Link GitHub	Objetivo Estratégico Enticud	Objetivo Estratégico CSJT
COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES															
Estudo para racionalização de impressoras no TRT	Objetivo: Promover a racionalização do uso de impressoras no TRT 4 com seguintes ações: a serem realizadas em conjunto SERTIC/DCCA. Projeto-plano de redução do parque de impressoras instaladas na área administrativa e unidades judiciais do Poder Alegre. Redução do número de impressoras instaladas em todas as unidades da área administrativa e unidades judiciais do TRT. Realização de estudo sobre a vantagem da contratação de serviço de outsourcing de impressão. O que foi feito: Aprovado estudo para a racionalização do uso de impressoras no TRT4 e iniciada a redução, com as seguintes ações: Realizado estudo que analisou a viabilidade de permanecer com equipamentos de impressão próprio ou terceirizar o serviço de impressão. Comitê de Governança de TIC aprovou a solução de aquisição de equipamentos próprios. Em parceria com a Direção de Sustentabilidade do TRT, realizado estudo no qual foi aprovado o novo padrão de distribuição de equipamentos de impressão no TRT, o que resultará na redução do número de equipamentos de impressão em uso no Tribunal. O novo padrão foi formalizado pela Portaria 8474/2023, cujo texto foi atualizado pela Portaria 4483/2022. Colocada em prática a etapa de redução do número de multifuncionais em uso no TRT (prevista para o ano de 2022). Em 2023, com o término da garantia das impressoras laser Lexmark M5610, será possível realizar a redução desses equipamentos.	As unidades administrativas e judiciais do TRT possuem um número elevado de impressoras instaladas, gerando custos elevados pela CAU, esse TRT utiliza, em média, apenas 8% da capacidade das impressoras. Em teoria, menos de 10% das impressoras atualmente existentes seriam necessárias para atender a demanda de impressões do Regional. Houve determinação da Presidência do TRT (PROAD 2288/2020 - pag.82) para prosseguimento à solicitação da Diretora Geral para redução do parque de impressoras no TRT4.	Estimado/realizado: Maior eficiência na gestão das impressoras. Diminuição da quantidade de impressoras em uso em todas as unidades. A parte da proposta foi feita a proposta de redução. O novo padrão de distribuição de impressoras aprovado pelo Comitê de Governança de TIC e pela Presidência, atualizado na Portaria 194/2023. Itens assim definidos: -VTS e Pictos: 1 multifuncional e 2 impressoras laser. No caso de haver duas salas de audiências na mesma VT, será fornecida uma impressora laser adicional. -CCDF's e Centrais de Mandados: 1 multifuncional. -Gabinetes de Desembargadores: 1 multifuncional. -Outras unidades: impressoras em menor número possível. De 20/abril/22 no reunião com o Comitê de Governança, ficou definida que a solução a implementar deve ser a aquisição de impressoras (demais soluções avaliadas foram leasing ou troca de impressões). Resultados do projeto: Antes do projeto, o parque de equipamentos de impressão do TRT era de 463 multifuncionais e 104 impressoras laser (além de 13 impressoras especiais que estão fora do escopo do projeto). Em 20/10/22, a quantidade em utilização estava em: 303 multifuncionais e 464 impressoras laser (que estão em garantia até o final de 2022, após, poderão ser reduzidas). Pela proposta de redução aprovada, estima-se que ficarão no parque um total de 642. Com a conclusão desse estudo, a aquisição e o ajuste no número de equipamentos de impressão, conforme os padrões definidos, deve ser encaminhado em novo projeto.	Paula Medaglia	Concluído	18/05/2020	agosto(2022)	Sem Custo	Sem Custo	3150	NÃO	https://github.com/BRPSC/pscc4	ODEN1: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas		
Renovação do parque de computadores C800	Objetivo: Aquisição e instalação de 1.100 microcomputadores para substituição dos equipamentos Positivo C800 que estão em uso atualmente nas unidades judiciais e administrativas do TRT, com o prazo de garantia vencido. Os equipamentos serão adquiridos com 5 anos de garantia. O que foi feito: Aquisição 1.100 computadores novos Lenovo M80, Preção de 08/03/2023. Desse total comprado, foram instalados 1.055 unidades e 45 ficam como reservas técnicas, para demandas urgentes, que possam ocorrer até ser feita nova compra de novos computadores. Dos 1.100 computadores C800 antigos, 84 foram permanentemente em uso, pois nem todos os substituídos foram C800.	Os computadores da marca Positivo, modelo C800, estão em uso no TRT 4 há mais de 04 anos e já se encontram fora da garantia. A ação visa analisar esse lote de computadores que faz parte do parque de computadores do Tribunal.	Estimado/realizado: Atualização do parque de equipamentos do Tribunal, com as respectivas vantagens atualizadas. Disponibilizar aos usuários equipamentos mais novos e em configuração superior, antes a acessar sistemas que demandam mais poder de processamento.	Paula Medaglia	Concluído	março(2021)	fevereiro(2023)	R\$4.191.960,00	R\$4.886.500,40	3125	NÃO		ODEN1: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas		
Remodelagem da solução de Quiosque Digital	Objetivo: Atualizar o modelo de imagem utilizada na preparação dos computadores dos quiosques, que atualmente requer um modelo específico de computador; a preparação final de um desktop de quiosque é extremamente lenta porquanto é necessário executar diversos passos manualmente. Com a atualização do processo de preparação desses computadores possibilita o uso de computadores mais novos além de tornar o procedimento mais rápido e menos suscetível a falhas. O que foi feito: Realizado o modelo de imagem a ser utilizado na preparação dos computadores destinados aos quiosques, a fim da imagem ser compatível com computadores mais atuais, como os C820. A partir desse projeto, a nova imagem fica disponível para ser utilizada em computadores mais novos, quando assim for possível.	Atualmente não é possível utilizar um modelo de computador nos quiosques digitais, os computadores Positivo D570, mesmo usando esse modelo de computador; a preparação final de um desktop de quiosque é extremamente lenta porquanto é necessário executar diversos passos manualmente. Com a atualização do processo de preparação desses computadores possibilita o uso de computadores mais novos além de tornar o procedimento mais rápido e menos suscetível a falhas.	Estimado: Maior agilidade na preparação e disponibilização dos computadores destinados aos quiosques. Utilização nos quiosques de computadores mais novos do que os Positivo D570 que já estão fora da garantia. Realizado: Melhor agilidade na preparação e disponibilização dos computadores destinados aos quiosques. Possibilidade de utilização nos quiosques de computadores mais novos do que os Positivo D570 que já estão fora da garantia.	Ana Lucia Moreira	Concluído	maio(2021)	setembro(2023)		Valor estimado para a substituição dos computadores em uso atualmente. OBS: Esse custo deve ser estimado em projeto específico para a troca de computadores nos quiosques	Sem custo	3125	NÃO	https://github.com/BRPSC/pscc4	ODEN1: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	
Estudos sobre a utilização de uma nova solução de gestão de Desktops e Notebooks	Objetivo: Manter os computadores e notebooks do Tribunal, sempre dentro do prazo de garantia, em anos úteis dentro ou fora da rede do TRT. O que foi feito: Realizado estudo e indicada a ferramenta a ser contratada como solução de gestão de desktops e notebooks do TRT, a fim de manter esses equipamentos atualizados e integrados do inventário, independente de estarem sendo usados dentro ou fora da rede do TRT.	Os computadores e notebooks usados fora da rede do TRT não recebem as mesmas atualizações de software que são disponibilizadas para os equipamentos que estão dentro da rede. Com o aumento do número de equipamentos esse problema se tornou mais grave ainda. Procuramos estudar alguma solução que fosse contratada para permitir que os equipamentos usados em teletrabalho se mantêm atualizados e respondendo no mesmo inventário.	Estimado: Computadores e notebooks com software sempre atualizados, independente de serem usados dentro ou fora da rede do TRT. Possibilidade de obter as informações para o inventário de software e hardware dos computadores e notebooks do Tribunal, mesmo que estejam em uso fora da rede do TRT. Realizado: Foram estudadas três alternativas: 1) Solução EMS da Microsoft; 2) Solução VPN e 3) Solução TraumaZero. O resultado do estudo indicou a solução TraumaZero (módulo de inventário e de deploy) como a melhor opção. O TraumaZero já é utilizado pelo TRT para outros fins. A partir desse estudo, CSIRFV deve encaminhar junto com o CSIRPD a renovação do TraumaZero, que vence em setembro/22, a fim de antecipar a utilização desses dois módulos novos. Estudo concluído em setembro/22.	Ana Lucia Moreira	Concluído	janeiro(2022)	setembro(2022)	Sem custo	Sem custo	3875	NÃO	https://github.com/BRPSC/pscc4	ODEN1: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados		

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS													
Implementação de Sistemas Nacionais de Gestão de Pessoas e eSocial	Objetivo: Implementação dos sistemas nacionais do SIGEP e seus satélites para que o TRT4 passe a realizar integralmente os pagamentos através da FolhaWeb. Modelo que entraram em produção até 2022. SIGEP Módulo Principal, SIGEP Online, FolhaWeb, SIGES, ELIAD, Conector eSocial, camada de integração SIGEP/Telex, CBST e GECLJ. Além disso, os eventos do eSocial foram enviados nos prazos legais.	Ajustamento ao acordo firmado entre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT e o Tribunal de Contas da União - TCU, conforme cláusulas expressas no Acordo TCU/n.º 1.903/2014. Todos os TRTs devem possuir um único sistema, SIGEP - Sistema Integrado de Gestão de Pessoas, incluindo um sistema de pagamento de pessoal - FolhaWeb-JT.	Estimado: Padronização nacional de cálculos e pagamentos. Privatização, controle e padronização na gestão de pessoas e pagamentos na Justiça do Trabalho. Realizado: Desativação de sistema legado de desenvolvimento próprio.	O novo sistema de consignações teve sua lotação homologada em novembro/21 e foi integrado em produção na FolhaWeb em janeiro/22. Folha de pagamento de janeiro/22 foi integralmente paga via FolhaWeb. Durante o ano de 2022, realizado acompanhamento de seu funcionamento. Folha legada será descontinuada final de dezembro/22. Eventos do eSocial foram enviados nos prazos legais. Implantação de novos módulos do SIGEP, referidos ao ano de 2023, serão detalhados na nova ação aberta para esse fim.	Marcelo Zambrasi	Concluído	09/06/2016 (primeira versão - Folha Web)	30/12/2022		4250	SIM	https://github.com/brasil/brasil/blob/main/develop/issuues/100	OBJ: Promover a Transformação Digital
Evolução do Sistema Nacional de Escolas Judiciais	Objetivo: Aprimorar o sistema desenvolvido para a Escola Judicial pelo TRT4 para atender às demandas das Escolas da Justiça do Trabalho e ser um sistema nacional, integrado ao SIGEP no que for necessário, conforme definição do Conselho Superior de Justiça do Trabalho. O que foi feito: Evolução e aprimoramento do Sistema Nacional de Escolas Judiciais, integrado com o SIGEP, conforme definições do CSJT. Versões liberadas: Versão 2.1 (15/10/2021 no TRT-4, 18/11/2021 para os demais Regionais); exportação para o SIGEP; distribuição em Docker; veranismo de Banco de Dados com Liquibase; certificado emissor segundo modelo nacional da ENMAT; evento interseccional; importação de planilha de inscros; possibilidade da Escola Judicial aprovar a participação de inscritos. Versão 2.1 (12/05/2022) Avaliação de Aprendizagem: novos status de evento (Contestação e Divulgação); campo de Objeto Exceções de Justiça do Trabalho; plano do evento; tela de Gerenciamento de Inscrições; avaliação em eventos no Paraná. Versão 2.2 (18/08/2022) autenticação com Keycloak; importação de planilha de cursos; relatório de capacidades; relatório de interessados; validador de certificados. Versão 2.3 (30/11/2022) Relatório Gerencial para acompanhamento do Desenvolvimento Gerencial dos servidores, de acordo com a portaria nº 886/2022; view para os dados do bloco Conselho CGLT ENMAT /2022; declaração de participação do público externo; email de declaração de frequência para upload do Módulo de Dados do SIGEEC; cumprimento de resposta de Avaliação de Aprendizagem inexistente; exportação para o SIGEP de carga horária individualizada para cada docente.	A FAE 2.0 desenvolveu em 2020, uma importante evolução da versão anterior, ficando nas necessidades das Varas do Trabalho. Desde 2021 novas funcionalidades vem sendo desenvolvidas, necessárias para sua evolução. O que foi feito: Evolução do sistema de Apoio à Execução (FAE) para atendimento de novas necessidades elencadas pelo Juízo Auxiliar de Execução. 1)Conveniência com a Receita Federal - apresentação para a Correlografia, que necessita definir início de sua utilização. Existe conflito com a solução Siper do CNJ. 2)Primeira versão da apresentação dos cálculos do PJe-Calc na FAE; entrega para homologação pelo usuário, que precisa definir sobre sua utilização. 3)Disponibilização de saldo de direito no processo (movimento 07/2020 a 28/2022) validado pela Correlografia e implantado em produção em novembro/22.	A FAE 2.0 desenvolveu em 2020, uma importante evolução da versão anterior, ficando nas necessidades das Varas do Trabalho. Desde 2021 novas funcionalidades vem sendo desenvolvidas, necessárias para sua evolução. O que foi feito: Evolução do sistema de Apoio à Execução (FAE) para atendimento de novas necessidades elencadas pelo Juízo Auxiliar de Execução. 1)Conveniência com a Receita Federal - apresentação para a Correlografia, que necessita definir início de sua utilização. Existe conflito com a solução Siper do CNJ. 2)Primeira versão da apresentação dos cálculos do PJe-Calc na FAE; entrega para homologação pelo usuário, que precisa definir sobre sua utilização. 3)Disponibilização de saldo de direito no processo (movimento 07/2020 a 28/2022) validado pela Correlografia e implantado em produção em novembro/22.	Estimado/Realizado: Melhorar o trabalho do JAE e das unidades judiciais durante a fase de execução dos processos. Sistema homologado pela Escola Judicial e em produção na segunda quinzena de outubro/21. Primeira entrega nacional para produção feita em dez/21. Segunda entrega nacional feita em maio/22. A terceira entrega nacional feita em agosto/22. Evento de funcionalidades e melhorias técnicas (performance, autenticação via Keycloak). Quarta entrega nacional feita em 30/novembro/22.	Marcelo Zambrasi e André Galina	Concluído	(Reverer)2021)	(dezembro/2022)		4000	SIM	https://github.com/brasil/brasil/blob/main/develop/issuues/1	OBJ: Promover a Transformação Digital
FAE 3.0 - Evolução do Sistema de Apoio à Execução	Objetivo: Aprimorar o Sistema de Apoio à Execução (FAE) para atender novas necessidades elencadas pelo Juízo Auxiliar de Execução, como a incorporação de consultas automatizadas, preferencialmente a partir de web services com as instituições, entre outros. O que foi feito: Evolução do sistema de Apoio à Execução (FAE) para atendimento de novas necessidades elencadas pelo Juízo Auxiliar de Execução. 1)Conveniência com a Receita Federal - apresentação para a Correlografia, que necessita definir início de sua utilização. Existe conflito com a solução Siper do CNJ. 2)Primeira versão da apresentação dos cálculos do PJe-Calc na FAE; entrega para homologação pelo usuário, que precisa definir sobre sua utilização. 3)Disponibilização de saldo de direito no processo (movimento 07/2020 a 28/2022) validado pela Correlografia e implantado em produção em novembro/22.	A FAE 2.0 desenvolveu em 2020, uma importante evolução da versão anterior, ficando nas necessidades das Varas do Trabalho. Desde 2021 novas funcionalidades vem sendo desenvolvidas, necessárias para sua evolução. O que foi feito: Evolução do sistema de Apoio à Execução (FAE) para atendimento de novas necessidades elencadas pelo Juízo Auxiliar de Execução. 1)Conveniência com a Receita Federal - apresentação para a Correlografia, que necessita definir início de sua utilização. Existe conflito com a solução Siper do CNJ. 2)Primeira versão da apresentação dos cálculos do PJe-Calc na FAE; entrega para homologação pelo usuário, que precisa definir sobre sua utilização. 3)Disponibilização de saldo de direito no processo (movimento 07/2020 a 28/2022) validado pela Correlografia e implantado em produção em novembro/22.	Estimado/Realizado: Melhorar o trabalho do JAE e das unidades judiciais durante a fase de execução dos processos.	Concluído. Caso a área usuária apresente novas necessidades, novas ações devem ser abertas.	Luiza Speranza	Concluído	janeiro/2022	(dezembro/2023)		2500	SIM	https://github.com/brasil/brasil/blob/main/develop/issuues/1	OBJ: Promover a Transformação Digital
Assistência de Sentenças (Atas)	Objetivo: Criar um mecanismo de automação para ministrar sentenças em processos de verbais restritivos. Nome Antigo: Automação de minutas de sentenças	Ajustar de espontaneamente há serem complexos, os processos de verbais restritivos se repetem e tomam o tempo do magistrado.	Estimado: Acelerar o processo de prolação de determinadas sentenças. Realizado: Uso de tecnologias avançadas como OCR, IA, autômatas e bases de dados em nuvem, possibilitando o acesso, o armazenamento e posterior ampliação de uso para a continuidade de desenvolvimento de novos projetos. Possibilidade de ampliação do uso dessas tecnologias e do protótipo já criado, para novos módulos de sentenças e demais documentos.	O Atac 14/02/2022 versão inicial do protótipo para testes pela Dra Rui Engelle. Ação concluída em dez/22.	Fábio Garcia	Concluído	21/02/2022	(dezembro/2023)		1150	SIM	https://github.com/brasil/brasil/blob/main/develop/issuues/102	OBJ: Promover a Transformação Digital
Pesquisa de Precedentes Qualificados (Pangas)	Objetivo: Demandar a Vize-Procuradoria, que visa revisar em uma e página pesquisas por precedentes qualificados do TRT4, TST e STF. O que foi feito: Disponibilização sistema Pangas (Pesquisas de Precedentes Qualificados) e, qual possibilita em um só lugar a pesquisa de precedentes qualificados do TRT4, TST e STF.	O git://git.66.174.11 lista os precedentes que devem ser observados pelo magistrado ao proferir a decisão. No entanto, a quantidade desses precedentes está crescendo, sendo difícil a consulta em cada Tribunal (TRT4, TST, STF), principalmente porque os textos são disponibilizados em diferentes formatos, em diferentes locais.	Estimado: Permitir que os magistrados e seus assistentes, além de advogados, consigam acompanhar de maneira mais fácil os precedentes de observância obrigatória. Com isso, ganha-se tempo de trabalho, valorizando da jurisprudência e segurança jurídica. Realizado: Contribuição para a celeridade processual e segurança jurídica, por meio da aplicação de testes já sedimentados em decisões anteriores. União de precedentes qualificados nacionais e regionais em um único sistema. Facilidade e agilidade na busca dos precedentes qualificados do TRT4, TST e STF, que foram previamente lidos e indexados por um grupo de trabalho especializado no assunto, possibilitando que a pesquisa seja feita por advogados-chaves e refinada com opções avançadas, como a seleção de órgão de origem da decisão ou a espécie do precedente. Aumento do acesso à informação, por estar disponível para magistrados, servidores, advogados e público em geral, no site www.trt4.jus.br , menu Jurisprudência/Pangas - Precedentes Qualificados.	Concluído em 30/maio/22.	Fábio Garcia	Concluído	22/02/2022	(30/05/2022)		4625	SIM	https://github.com/brasil/brasil/blob/main/develop/issuues/16	OBJ: Promover a Transformação Digital
Revisão do Guia para Desenvolvimento Seguro de Software (Protocolos de Segurança Científica)	Objetivo: Que o feto: Revisar o Guia para Desenvolvimento Seguro de Software, atualizando sua versão e data de revisão e ajustando o conteúdo necessário, buscando acompanhar os esforços mais relevantes para a realidade do desenvolvimento de sistemas do TRT4.	O Guia para Desenvolvimento Seguro de Software precisa ser atualizado periodicamente a fim de se manter útil e referencial como guia de boas práticas a serem adotadas no desenvolvimento de sistemas do TRT4.	Estimado: Disponibilização de Guia atualizado com orientações para Desenvolvimento Seguro de Software. Realizado: Disponibilidade de Guia atualizado com orientações para Desenvolvimento Seguro de Software. Redução de riscos de ataques cibernéticos ao TRT4, por meio da implementação de soluções de proteção eficazes. Atendimento ao Protocolo de Prevenção a Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PPICB).	Reformulação do guia concluída. Dia 21/março/23 haverá reunião de divulgação para servidores da SETIC.	Luiza Speranza	Concluído	junho/2022	(março/2023)		2750	NÃO	https://github.com/brasil/brasil/blob/main/develop/issuues/2	OBJ: Aprimorar a Segurança da Informação e Gestão de Dados
PJe 2.0 - Unificação/Desunificação de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas e endereços	Objetivo: Colaborar com os Tribunais da JT para desenvolver funcionalidades de unificação/Desunificação de cadastro de pessoas físicas, jurídicas e seus endereços cadastradas no PJe com as seguintes características: compatível com a nova arquitetura tecnológica definida pelo CSJT, interface com visual leve e moderno e usabilidade com recursos que proporcionem facilidade na manutenção de dados das pessoas cadastradas no PJe. O que foi feito: Liberada funcionalidade no PJe que permite a unificação/Desunificação do cadastro de pessoas físicas, jurídicas e seus endereços. Detalhamento: O sistema permite o cadastro de pessoas e endereços sem que seja informado o documento de identificação CPF/CNPJ, possibilitando assim a inclusão de várias ocorrências de cadastro para a mesma pessoa. A nova funcionalidade permite que, quando o documento de identificação for informado, o usuário consiga unificar os vários cadastros (caso houvessem) para a mesma pessoa/endereço.	Atender à solicitação do CSJT para o desenvolvimento das seguintes funcionalidades no PJe: Unificação/Desunificação de cadastro de Pessoas Físicas Unificação/Desunificação de cadastro de Pessoas Jurídicas Unificação de endereços. Essas funcionalidades são necessárias, pois o PJe permite que advogados realizem, ao protocolar um novo processo, o cadastramento de pessoas físicas/jurídicas sem identificação de CPF ou CNPJ, gerando cadastros duplicados e inconsistentes.	Estimado: Melhor funcionalidade e agilidade na edição das listas de autuadas pelas secretarias de autuadas e magistrados. A nova arquitetura de software do PJe 2.0. Maior usabilidade no procedimento de unificação e desunificação de pessoas físicas, jurídicas e seus endereços. Realizado: Adêrência à nova arquitetura de software do PJe 2.0. Eliminação de cadastros duplicados com a funcionalidade de unificação do cadastro de pessoas físicas, jurídicas e endereços. Menor ocorrência de erro de cadastral.	Unificação/Desunificação de cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas concluídas, liberadas na versão 2.0 do PJe (em produção no TRT4 em outubro/22). Unificação de endereços concluída em agosto/22 e está em validação no CSJT (provavelmente será liberada na versão 2.8.5).	Fábio Garcia	Concluído	14/02/2022	(outubro/2022)		2125	SIM	https://github.com/brasil/brasil/blob/main/develop/issuues/154	OBJ: Promover a Transformação Digital
AJUDA - Evolução do Sistema de Audiências da Justiça do Trabalho - 2022	Objetivo: Disponibilizar novas funcionalidades no AJUDA durante o ano de 2022, de acordo com definições do CNJ e CSJT como: edição de autos pré-definidos, edição de autos de conciliação, edição do cargo do assinante da ata, qualificação de testemunhas, alterações no registro de presença das partes, entre outras. O que foi feito: Disponibilizadas novas funcionalidades no AJUDA durante o ano de 2022, de acordo com definições do CNJ e CSJT como: edição de autos pré-definidos, edição do cargo do assinante da ata, qualificação de testemunhas, entre outras, conforme lista abaixo. Versões já liberadas para o CSJT. Versão 1.1 (07/02/22): melhorias na integração com o Zoom e na aba RÍNNESS do formulário de Conciliação; tela de leitura do versão 1.1.0. Versão 1.2 (02/2022) - importância melhorias na performance do sistema em geral e especificamente no formulário de Conciliação. Versão 1.3 (05/2022) - adaptação para comunicação com o Shodo através do protocolo HTTP; atualizadas alíquotas e bases de cálculo; NSS 2022; alterações na integração AJUDA e Zoom e atualização das parciais a dozdur do RRF; na estimativa do INSS. Versão 1.2.0 (09/2022) - cálculo das outas nos autos de arquivamento e desistência; possibilidade de criação de autos (de unidade ou magistrado) que enviem informações ao PJe; possibilidade de alteração dos autos durante a edição da ata; inclusão opção para atribuir representante e adicionar a todos os integrantes do polo (ativo ou passivo) e a determinadas partes; possibilidade de corrigir o rai do magistrado; alteração no controle de mensagens buscando solucionar falhas no envio das informações do Zoom do AJUDA. Versão 1.3.0 (versão enviada ao CSJT em 11/02/2022, ainda não disponibilizada nacionalmente) - possibilidade de durante a edição da ata, calcular e buscar testemunhas cadastradas; impedir seleção de dia não úteis nos calendários; melhoria de RI e INSS para a utilizar alíquotas e índices do banco de dados; atualização para Rfgrar 14.	O AJUDA é o sistema definido pelo CSJT para ser usado em todas autuadas da Justiça do Trabalho e está em constante, a fim de melhor apoiar a edição da ata nas audiências e assim facilitar o trabalho dos secretários de autuadas e magistrados. As novas funcionalidades a serem implementadas são definidas pelo CNJ do CSJT. Após implantação em 2020, o CSJT realizou levantamento de novas necessidades, sendo várias atendidas, priorizadas e realizadas em 2020/2021. Em 2021, foi aberta ação no PDTC, que registrou as evoluções entregues. A presente ação viá registrar as entregas de 2022.	Estimado/Realizado: Acelerar o processo de promoção e selecionar os critérios utilizados. Realizado: Acelerar o processo de promoção e selecionar os critérios utilizados.	Concluído. Registradas as melhorias realizadas durante o ano de 2022.	Luiza Speranza	Concluído	07/01/2021	(dezembro/2022)		3750	SIM	https://github.com/brasil/brasil/blob/main/develop/issuues/73	OBJ: Promover a Transformação Digital
Atualização do sistema de Promoção de Juizes de 1 Grau	Objetivo: Modificar o sistema de Promoção de Juizes de acordo com as delimitações da correlografia. O que foi feito: Sistema de Promoção de Juizes ajustado a fim de atender os novos critérios definidos pela correlografia, deixando o sistema ainda mais automatizado.	O sistema de Promoção de Juizes precisa acelerar o processo de promoção, tornando um sistema onde os magistrados podem avaliar cada juiz por uma série de critérios. Isso sendo solicitadas modificações nos critérios avaliativos e com isso não necessarias alterações no sistema.	Estimado/Realizado: Acelerar o processo de promoção e selecionar os critérios utilizados. Realizado: Acelerar o processo de promoção e selecionar os critérios utilizados.	Concluído. Será utilizado em produção dia 20/junho/22	Felipe Levin	Concluído	março/2022	(20/junho/2022)		3250	SIM	https://github.com/brasil/brasil/blob/main/develop/issuues/1	OBJ: Promover a Transformação Digital
Atualização da ACA (Ata de Correção Automática)	Objetivo: Modificar a Ata de Correção Automática de acordo com as delimitações do novo correlografia. O que foi feito: Realizadas modificações na Ata de Correção Automática (ACA), conforme delimitações no novo correlografia. As modificações contemplam a automatização do preenchimento das novas metas do CNJ e alterações textuais com utilização de textos padrões.	A Ata de Correção Automática permite à Correlografia redigir a Ata de Correção com muito mais celeridade, gerando textos padrão e dados estatísticos de forma automática. Está sendo solicitadas modificações nos critérios avaliativos das unidades. Com isso, são necessárias alterações no sistema para adequação às novas delimitações.	Estimado: Acelerar a correção da Ata de Correção. Realizado: Agilidade, facilidade e maior segurança na correção da Ata de Correção. Com a alteração, não é mais preciso digitar manualmente as metas do CNJ nem textos padrões, agilizando, facilitando e dando maior segurança no processo.	Concluído em julho/22.	Felipe Levin	Concluído	janeiro/2022	(julho/2022)		3750	SIM	https://github.com/brasil/brasil/blob/main/develop/issuues/181	OBJ: Promover a Transformação Digital

<p>Automatização de procedimentos repetitivos não realizados em lote - 2022</p> <p>Objetivo: Desenvolver robôs para executar operações repetitivas realizadas em grande volume, assim como procedimentos em lote. Essa ação está descrita na forma genérica, para abarcar e registrar os robôs desenvolvidos durante o ano de 2022, que não estejam mencionados em alguma outra ação específica. As necessidades são identificadas ao longo do ano e normalmente precisam ser atendidas em curto espaço de tempo.</p> <p>O que foi feito:</p> <p>Robôs liberados em 2022:</p> <p>1) Robô GRUVIE (cria e baixa GRUs no site da Fazenda): Liberado em 10/10/21 mas não reportado no PFTIC anterior. Até 14 de dezembro, baixadas 102 GRUs, economizando 1 dia útil de trabalho de um servidor.</p> <p>2) Robô PREA (pre-avaliação de precatórios e RPVs): primeiro robô nacional desenvolvido a pedido do CJST. Liberado em 08/06/22. Até 14 de dezembro no TRTA, pré-automatizados 15.348 processos, protocolados 16.138 processos. 19.000 cartórios lançados, 12.484 intimações feitas e 15.017 registros no ERP, economizando 564 dias úteis de trabalho.</p> <p>3) Robô COPNA (conferência para causas): Liberado em: 21/03/22. Até 14 de dezembro, pesquisados 17.699 processos, economizando 253 dias úteis de trabalho.</p> <p>4) Robô ALVARO (confecção de alvarás): desenvolvido para expedir alvarás em acórdãos homologados em atos punitivos e reclamações pré-processuais. Liberado em 04/02/22. Até 14 de dezembro, confeccionados 2.791 alvarás, economizando 15 dias úteis de trabalho.</p> <p>5) Robô Centin (certifica e intima): após a refinação do polo ativo em diversos processos via script, a atividade precisa ser automatizada para evitar a perda de produtividade para o cliente. Liberado em nov/22. Até 14 de dezembro/22 foram protocolados os atos em 761 processos, economizando 6 dias úteis de trabalho.</p> <p>6) Robô Frazz versão JAP (Processador e anexo de digitalizações): Desenvolvido em 2021 com nova versão em 2022. Desde o início da sua utilização até 14 de dezembro/22, anexou 4.288 processos, economizando 214 dias úteis de trabalho.</p> <p>7) Robô Faro versão Recurso de Revista (ferramenta de automações em análise de recurso): Desenvolvido em 2021 com nova versão em 2022. Desde o início da utilização até 14 de dezembro/22, o robô já remeteu 47.464 processos ao 1º grau e classificou 83.177 processos, correspondendo a 432 dias úteis de trabalho.</p> <p>8) Robô e-Mov versão JAP (movimentador processual): executado para movimento processos eletrônicos entre duas unidades do PJe. Desenvolvido em 2021 com nova versão em 2022. Desde o início da sua utilização até 14 de dezembro/22, foram movimentados 25.765 processos, com economia de 18 dias úteis de trabalho.</p> <p>9) Robô Sisdov versão Agenda: Utilizado para suprir deficiência no sistema Sisdov na disponibilização de agenda para as unidades judiciais. Desenvolvido em 2021 com nova versão em 2022. Desde o início da utilização até 14 de dezembro/22 foram cadastradas 125 agendas, economizando 25 dias úteis de trabalho.</p> <p>10) Robô COPNA: extrai dados do módulo de execução financeira do SISEG para um arquivo CSV. Liberado em: 23/08/22. Até 14 de dezembro, 6.970 registros extraídos, economizando 25 dias úteis de trabalho.</p> <p>11) Robô eSicid: cadastra servidores do Tribunal no sistema eSicid para emitir a baixa em CTPES eletrônica. Liberado em: 27/01/22. De execução única, cadastrou 266 servidores, economizando 2 dias úteis de trabalho.</p>	<p>Operações repetitivas em sistemas necessárias de serem executadas pelos usuários demandam tempo significativo, no qual poderiam estar realizando outras ações. Por outro lado, a implementação de robôs em sistemas para automatizar operações em lote, demandam esforço de equipes de desenvolvimento, que podem estar com outras prioridades ou mesmo estar sob responsabilidade de outro Tribunal. Além disso, importante considerar a redução do número de servidores do TRT4 e a necessidade de automatização de operações.</p>	<p>Entimado/realizado: Liberação do tempo do usuário para realização de outras atividades, ou a implementação de robôs em sistemas para automatizar operações em lote, demandam esforço de equipes de desenvolvimento, que podem estar com outras prioridades ou mesmo estar sob responsabilidade de outro Tribunal. Além disso, importante considerar a redução do número de servidores do TRT4 e a necessidade de automatização de operações.</p>	<p>Robôs desenvolvidos durante o ano de 2022, conforme resultado junto ao objetivo.</p> <p>Frederico Cardoso</p> <p>Concluído</p> <p> janeiro/2022</p> <p> (dezembro/2022)</p>	<p>3125</p> <p>SIM</p>	<p>OEN2: Promover a Transformação Digital</p>	
<p>Portal da Transparência de Licitações e Contratos</p> <p>Objetivo: Disponibilizar Portal da Transparência de Licitações e Contratos, contendo dados de transparência dos processos de licitação, compras, contratos, aditivos e apostilas, registro de preços, adeses e participações.</p> <p>O que foi feito: Disponibilizado um Portal Público externo, contendo dados de transparência dos processos de licitação, compras, contratos, aditivos e apostilas, registro de preços, adeses e participações. Disponibilizado para os usuários internos das áreas de registro, um novo módulo para gerenciamento e configuração de documentos associados a esses processos. O portal pode ser acessado em: https://tnt4.jus.br/transparente</p>	<p>Os movimentos para essa ação são a lei de transparência no 14.133/2021 e a criação do ranque de Transparência do Poder Judiciário coordenada pelo CNU, os quais estabelecem princípios como a publicidade e a transparência dos atos praticados por gestões e órgãos públicos.</p>	<p>Entimado/realizado: Abandono e lei de transparência no 14.133/2021. Disponibilização das informações dos processos de licitações, compras, contratos, aditivos e apostilas, registro de preços, adeses e participações. Atualização, confiança, sem necessidade de duplicação de informações e sem trabalho no processo de disponibilização das informações, visto que a fonte de informações as funcionalidades disponibilizadas fazem parte do próprio sistema de licitação e contratos utilizado pelo TRT da 4ª Região, o SILC.</p>	<p>Rubilar</p> <p>Concluído</p> <p> (outubro/2021)</p> <p> (abril/2022)</p>	<p>3125</p> <p>SIM</p>	<p>OEN2: Promover a Transformação Digital</p>	
<p>COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA</p>						
<p>Renovação dos ativos de rede de PCK 2021</p> <p>Objetivo: Expandir garantias dos equipamentos switches de core e de acesso dos prédios do Complexo Praia de Belas, e adquirir novo equipamento para substituição a partir do novo vencimento da garantia.</p> <p>O que foi feito: Adquiridos e instalados 14 switches de rede nos prédios do complexo Praia de Belas.</p>	<p>Proximidade de término das garantias. Sem garantia, os equipamentos ficam frágeis sujeitos a estorço e a partir indisponibilidade nos serviços que dependem deles.</p>	<p>Entimado/realizado: Manutenção dos níveis de disponibilidade da rede.</p>	<p>Paulo Mendes</p> <p>Concluído</p> <p> 04/09/2020</p> <p> (dezembro/2022)</p>	<p>R\$ 4.500.000,00</p> <p>R\$ 3.971.682,78</p> <p>4625</p> <p>NÃO</p>	<p>OEN1: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas</p>	
<p>Melhoria da climatização do CPD1</p> <p>Objetivo: Ampliar a capacidade de resfriamento da sala-cofre.</p> <p>O que foi feito: Ampliada a capacidade de resfriamento da sala-cofre. Fornecimento, instalação e ativação de ar condicionado de precisão modelo Emerson Liebert S22 e sistema condicionador HEC33 em sala-cofre no 4º Regiões, em Porto Alegre/RS. Fechamento lateral e superior de corredor técnico da sala-cofre, com instalação de portas de correr. Adequações no ambiente Sala-cofre com execução de teste de estanqueidade e confirmação da AEN1 conforme procedimento P137.13.</p>	<p>Com o aumento do número de servidores de rede de 2020, o CPD1 chegou no limite de sua capacidade de resfriamento. Isso implica que o ambiente opere com um ar condicionado a menos - o que é importante para momentos de manutenção. Também impedir o acúmulo de mofo nos equipamentos.</p>	<p>Entimado/realizado: Requerer e recondiciono de máquinas de climatização (P+1) e acúmulo de mais carga no futuro.</p>	<p>Paulo Mendes</p> <p>Concluído</p> <p> (abril/2021)</p> <p> 20/junho/2022</p>	<p>R\$20.000,00</p> <p>R\$ 34.027,00</p> <p>5250</p> <p>NÃO</p>	<p>OEN1: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas</p>	
<p>Migração de sistemas de servidores para a nuvem</p> <p>Objetivo: Migrar e integrar sistemas críticos do Tribunal que funcionam melhor e com mais segurança no modelo de software como serviço (SaaS) MOODLE, SIBAI...</p> <p>O que foi feito: Sistemas SIBAI e Moodle migrados para rodarem na nuvem, como serviços (SaaS).</p>	<p>Alguns sistemas de terceiros instalados no Tribunal apresentam falhas de funcionamento. Melhorar e otimizar versões de ferramentas para as quais existem vulnerabilidades conhecidas. No momento os problemas são de resolução demonstrada, pois demandam um alinhamento entre o desenvolvedor/fornecedor, o analista responsável e a equipe de infraestrutura. A migração para o SaaS visa transferir o ônus da manutenção para o fornecedor, mitigando os riscos de falhas e vulnerabilidades, e despararando os equipes do Tribunal, que poderão focar mais em serviços vinculados a atividades fim.</p>	<p>Entimado/realizado: Maior disponibilidade da solução, uma vez que será mantida por empresas especializadas ao até mesmo pelo desenvolvedor. Transferir o risco de eventuais vulnerabilidades de segurança para a fora da infraestrutura do Tribunal, mitigando o risco que a migração para o SaaS visa transferir. O ônus da manutenção para o fornecedor, mitigando os riscos de falhas e vulnerabilidades, e despararando os equipes do Tribunal, que poderão focar mais em serviços vinculados a atividades fim.</p>	<p>Paulo Mendes</p> <p>Concluído</p> <p> (junho/2021)</p> <p> (março/2022)</p>	<p>SIBAI: Estimado em R\$15.633,30 em 2021</p> <p>Moodle: Estimado em R\$100.000,00 em 2022</p> <p>SIBAI: R\$22.680,00 (referente a 1 ano)</p> <p>R\$110.751,00 (referente a 2 anos)</p>	<p>1150</p> <p>SIM</p>	<p>OEN2: Promover a Transformação Digital</p>
<p>Renovação de no-breaks médios 2022</p> <p>Objetivo: Ciclo normal de aquisição e troca de no-breaks que atendem o backbone de rede no Complexo Praia de Belas (impedem que a rede caia quando falta luz).</p> <p>O que foi feito: Aquisição e troca de 5 no-breaks médio que atendem o backbone de rede no Complexo Praia de Belas, a fim de impedir que a rede caia quando falta luz.</p>	<p>Necessário atender o ciclo normal de aquisição e troca de no-breaks.</p>	<p>Realizado: Impedir que a rede caia no complexo Praia de Belas no caso de falta de luz. Manutenção dos equipamentos e funcionalidades atuais em relação aos no-breaks médio do complexo Praia de Belas.</p>	<p>Paulo Mendes</p> <p>Concluído</p> <p> (junho/2021)</p> <p> 19/julho/2022</p>	<p>R\$100.000,00</p> <p>R\$136.000,00</p> <p>3625</p> <p>NÃO</p>	<p>OEN1: Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas</p>	
<p>COORDENADORIA DE GESTÃO E APOIO À GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES</p>						
<p>Plano Anual de Capacitação 2020</p> <p>Objetivo: Melhorar a performance dos servidores técnicos e gerenciais dos servidores da SETIC, por meio da execução do Plano Anual de Capacitação dos servidores da SETIC, por meio da execução do Plano Anual de Capacitação dos servidores da SETIC em 2021.</p> <p>O que foi feito: Elaborado e realizado Plano Anual de Capacitação da SETIC em 2021.</p>	<p>Os equipes de SETIC, em função da natureza de suas atividades, precisam estar constantemente em processo de desenvolvimento e atualização de conhecimentos técnicos e gerenciais, por meio de um programa de capacitação contínua, devidamente vinculadas às atribuições de cada servidor, e que seja capaz de promover equilíbrio no balanceamento da capacitação entre as áreas de acordo com as necessidades e criticidade.</p>	<p>Entimado/realizado: Atender às necessidades de conhecimento técnico e gerencial dos equipes da SETIC. Proporcionar ao Tribunal e entrega de serviços dentro de padrões de alta qualidade e eficiência, atribuição às melhores práticas de mercado. Atorgar os indicadores estabelecidos no Plano Estratégico de TIC de Análise de Trabalho (Resolução CJST 158/2016).</p>	<p>Ricardo Kurylenko</p> <p>Concluído</p> <p> 01/07/2019</p> <p> (abril/2022)</p>	<p>2020: R\$320.529,50</p> <p>2021: R\$306.045,78</p>	<p>1150</p> <p>NÃO</p> <p>OEN1: Reconhecer o Desenvolver as Competências dos Colaboradores</p> <p>OPE1: Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional</p>	
<p>Revisão dos processos de Desenvolvimento e de Sustentação de Software</p> <p>Objetivo: que fo feito: Revisar os processos de desenvolvimento e sustentação de software com o objetivo de unificar os em um único processo, orientado ao desenvolvimento e gestão de software.</p>	<p>O atual processo de desenvolvimento de software está direcionado a projetos, o que não envolve a maior parte das ações executadas em sistemas, as quais demandam maior agilidade de atendimento e geram resultados significativos para o Tribunal. Além disso, faz-se necessária a adequação às práticas e ferramentas ágéis adotadas pelas equipes, envolvendo racionalização e unificação ao processo de sustentação de software, outro serviço importante referente a sistemas e prestado aos usuários.</p>	<p>Entimado: Melhorar e simplificar as atividades envolvendo construção de software para entregar com maior agilidade e assegurar maior aderência a metodologia de desenvolvimento. Realizado: Simplificação de atividades e maior agilidade nas entregas, por meio da unificação em um único processo os atuais processos de desenvolvimento e de sustentação de software, adicionada título de desenvolvimento de software orientado a produtos. Mais envolvimento da área de registro no processo, por meio da formalização dos gestores de produtos dos sistemas (portaria 2.308 de 29/02/21). Abandono de requisitos de segurança, por meio da inclusão da equipe de segurança da informação no processo. Desagregação de atividades relevantes no processo, como (Verificar Requisitos LGPD, Registrar Ação como Estratégica, Testar Vulnerabilidade e Verificar Requisitos de Acessibilidade).</p>	<p>Ricardo Kurylenko</p> <p>Concluído</p> <p> (março/2021)</p> <p> (abril/2022)</p>	<p>2375</p> <p>NÃO</p>	<p>OEN1: Aperfeiçoar a Governança e a Gestão</p> <p>OPE1: Fortalecer a governança e a gestão estratégica</p>	
<p>COORDENADORIA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS</p>						
<p>GPREC - Migração dos dados do sistema legado (PREGAT)</p> <p>Objetivo: Migrar os dados do sistema legado (PREGAT) para o novo sistema (GPREC), digitando e descontinuando o PREGAT e centralizar todos os precatórios em transição do PREGAT para GPREGAT em precatórios registrados no PREGAT até junho/2020.</p> <p>O que foi feito: Migração dos precatórios dos anos de 1997 a 2020, contido no sistema legado do precatório (PREGAT) para o novo sistema GPREC. O sistema GPREC já estava sendo utilizado em produção pelo TRT4 desde o início de 2020 e agora, com a migração do legado, todos os precatórios serão centralizados apenas nesse sistema.</p> <p>O projeto contou com a equipe da CDS e apoio da CDS e CIT.</p>	<p>O sistema GPREG foi implantado em produção no TRT4 EM 2020. Os precatórios registrados a partir de 01/07/2020 estão sendo incluídos nesse novo modo os precatórios em transição do PREGAT para GPREGAT no PFTIC2020-2021 e ação "GPREG - Implantação do Sistema de Gestão de Precatórios" a qual teve seu objetivo principal atingido. Este projeto consistiu na migração dos dados do sistema legado (PREGAT) para o GPREG.</p>	<p>Entimado: TRT4 utilizar apenas o novo sistema nacional de gestão de precatórios. Descontinuar o PREGAT. Todos os precatórios estarão centralizados em um único sistema. Integrações futuras com o PJE e com o PJE/CALC.</p> <p>Realizado: Descontinuidade do sistema PREGAT. Utilização apenas do sistema nacional de gestão de precatórios (GPREG), não necessando consultar o sistema legado. Centralização de todos os precatórios em um único sistema. Possibilidade de integrações futuras com o PJE e com o PJE/CALC.</p>	<p>Alex Fagundes</p> <p>Concluído</p> <p> (junho/2021)</p> <p> 07/06/outubro/2022</p>	<p>4000</p> <p>NÃO</p>	<p>OEN1: Aperfeiçoar a Governança e a Gestão</p> <p>OPE1: Fortalecer a governança e a gestão estratégica</p>	
<p>Gestão de conhecimentos sobre o catálogo de produtos judiciais e administrativos</p> <p>Objetivo: o que fo feito: Levantar, em conjunto com as demais equipes, registrar e manter atualizados no ORACULUM os diversos conhecimentos técnicos, de sustentação e de registros relativos aos produtos judiciais e administrativos.</p> <p>O que foi feito: Registrados no ORACULUM os diversos conhecimentos técnicos, de sustentação e de registros relativos aos sistemas judiciais e administrativos existentes no TRTE. Definido fluxo para atualização de informações de novos sistemas.</p>	<p>A dinâmica de atualização de versões de sistemas, de infraestrutura e de novos produtos, obriga a registrar e manter atualizados no ORACULUM os diversos conhecimentos técnicos, de sustentação e de registros relativos aos produtos judiciais e administrativos. O projeto consiste no levantamento e registro dessas informações.</p> <p>Realizado: Possuir uma base de conhecimentos técnicos sobre os sistemas de TRTE, atualizada e que possa ser utilizada por todos os servidores da SETIC. Agilizar o acesso às informações dos sistemas em uso pelo TRT4. Facilitar e ampliar o acesso, evitando duplicações e facilitando a atualização dessas informações.</p>	<p>Entimado: Atualizar uma base de conhecimentos técnicos atualizada que possa ser utilizada por todos os servidores da SETIC. Realizado: Possuir uma base de conhecimentos técnicos sobre os sistemas de TRTE, atualizada e que possa ser utilizada por todos os servidores da SETIC. Agilizar o acesso às informações dos sistemas em uso pelo TRT4. Facilitar e ampliar o acesso, evitando duplicações e facilitando a atualização dessas informações.</p>	<p>Alex Fagundes</p> <p>Concluído</p> <p> junho/2022</p> <p> (fevereiro/2023)</p>	<p>2000</p> <p>SIM</p>	<p>OEN1: Promover a Transformação Digital</p> <p>OPE1: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados</p>	
<p>COORDENADORIA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS</p>						

<p>Implementação de solução de gestão de vulnerabilidade</p> <p>Objetivo: Adotar uma solução que possibilite descobrir, monitorar, priorizar e corrigir de vulnerabilidades no ambiente tecnológico.</p> <p>O que foi feito: Implementada solução de gestão de vulnerabilidades "Tenable" possibilitando descobrir, monitorar e priorizar a conexão de fragilidades no ambiente tecnológico do TRT4.</p>	<p>Descobrimos das vulnerabilidades tecnológicas presentes no ambiente do TRT, possibilitando a ocorrência de incidentes cibernéticos.</p>	<p>Estimado/realizado: Redução de fragilidades no ambiente tecnológico. Contribuição para o aumento da maturidade da segurança cibernética do TRT4. Maior efetividade no controle de riscos cibernéticos.</p>	<p>Solução contratada e implantada: Tenable (Ata de Registro de Preço do TRT4).</p>	<p>Lucas Poczati</p>	<p>Concluído</p>	<p>(abril/2022)</p>	<p>(set/2022)</p>	<p>R\$4.593.828,66 (implantação e 12 mensalidades)</p>	<p>3250</p>	<p>NÃO</p>	<p>OEN7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados</p> <p>OPE10: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados</p>
<p>Criação/adequação dos sistemas de monitoramento (Protocolos de Segurança Cibernética)</p> <p>Objetivo: Adequação dos sistemas de monitoramento do ambiente tecnológico para detecção de anomalias que possam indicar a ocorrência de ataques cibernéticos, conforme for indicado na avaliação de soluções tecnológicas atuais (Atual de Inscritos com o Programa do Protocolo de Segurança Cibernética (PPICiber)). Obs.: No prazo desta ação, que acompanha o prazo encaminhado ao CNJ no projeto dos Protocolos de Segurança Cibernética, serão realizadas as adequações possíveis de serem priorizadas nesse período. Caso restarem adequações a serem feitas, farão parte de um plano de trabalho posterior.</p> <p>O que foi feito: Elaborado o "Relatório de riscos cibernéticos - Resultado das Ações de Monitoramento e Proteção", para indicação das ações a serem realizadas referente a esse item. Link: https://docs.google.com/document/d/1g6uJLQs7rh_BueRQmYhM5qDzH4HFNFU4w/edit#heading=h.345229e3</p> <p>Resumo das ações: -Em utilização solução NGAV (modo EBDR), que contempla melhoria na capacidade de monitoramento, bem como o AV/AV que dá visibilidade de tráfego externo dos sistemas que estão no CDN. -Realizada POC com solução de monitoramento de eventos de segurança NDR. Benefícios da solução foram comprovados. Posteriormente, avaliar contratação da solução (CSISP), concluído em jan/23. -Implantação da solução de gestão de vulnerabilidades, a qual prevê identificação das fragilidades existentes no ambiente do TRT e a evolução da correção (CSISP), concluído em jan/23. -NGAV/EBDR da solução em funcionamento no modo de zero: visibilidade e capacidade de respostas a eventos maliciosos em desktops e servidores (CSISP), concluído em fev/23. -NIPS (solução de proteção de borda de rede): Embora ainda não finalizada a implantação, o que já está em produção prevê visibilidade dos eventos de bordo de rede (cloud wafers) de serviços críticos como o portal WWW e o PRGAD (CSISP). -Crusis na SETIC e Seção de Monitoramento de Infraestrutura e Aplicações (SMON), fortalecendo ações nesse assunto (segundo semestre/2022).</p>	<p>Uma das atividades da ação de "Protocolos de Segurança Cibernética" é avaliar as soluções tecnológicas atuais, a fim de verificar quais existentes e levantar quais controles e boas práticas devam ser adotados para melhor monitorar, detectar, conter e eliminar ataques cibernéticos. Com isso, a presente ação se faz necessária a fim de atender o que foi indicado após essa avaliação, no que se refere à criação/adequação dos sistemas de monitoramento.</p>	<p>Estimado: -Redução de riscos de ataques cibernéticos ao TRT4, por meio de sistemas de monitoramento adequados. -Atendimento ao Protocolo de Investigação de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PICIBer).</p> <p>Realizado: -De acordo com: -Aumento de maturidade em relação às atividades de monitoramento do ambiente tecnológico.</p>	<p>Elaborado o "Relatório de riscos cibernéticos - Resultado das Ações de Monitoramento e Proteção" e realizado um conjunto de ações para atendimento a esse item.</p>	<p>Lucas Poczati/ Cíntia Pincico</p>	<p>Concluído</p>	<p>(setembro/2021)</p>	<p>(março/2023)</p>	<p></p>	<p>3750</p>	<p>NÃO</p>	<p>OEN7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados</p> <p>OEN7: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados</p>
<p>Atualização de sincronização de relógio e de registro de logs (Protocolos de Segurança Cibernética)</p> <p>Objetivo: Realização de eventuais ajustes de sincronização de relógio e de registro de logs nos sistemas e serviços, que forem apontados na análise das soluções atuais (de acordo com o cronograma do Protocolo de Segurança Cibernética - PSC). Obs.: No prazo desta ação, que acompanha o prazo encaminhado ao CNJ no projeto dos Protocolos de Segurança Cibernética, serão realizados os ajustes possíveis de serem priorizados nesse período. Caso restarem ajustes a serem feitos, farão parte de um plano de trabalho posterior.</p> <p>O que foi feito: Elaborado relatório de análise dos logs/sincronização de hora "PICIBer - Avaliação do nível de registro de informações logs?". https://docs.google.com/document/d/1u5Dm-3YkXvC2Zt4KkXpov7VjU5d4n_BvZ7Fg/edit#heading=h.345229e3</p> <p>Relatório concluído e encaminhado para CIT e CDS, que irão gerar eventuais necessidades de ajustes, conforme seu backlog.</p>	<p>Uma das atividades da ação de "Protocolos de Segurança Cibernética" é verificar se os ativos, serviços e sistemas estão com o relógio sincronizado com a Hora Legal Brasileira, bem como verificar quais são as informações que são registradas em logs. Com isso, a presente ação se faz necessária a fim de atender o que foi indicado após essa verificação, com o objetivo de realizar os eventuais ajustes de sincronização de relógio e de registro de logs nos sistemas e serviços que se fizerem necessários.</p>	<p>Estimado: -Verificação e coerência no registro de horário nos ativos, serviços e sistemas contidos no ambiente tecnológico. -Fornecimento de informações para a investigação de incidentes cibernéticos. -Atendimento ao Protocolo de Investigação de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PICIBer).</p> <p>Realizado: -Levantamento de informações sobre a veracidade e coerência no registro de horário nos ativos, serviços e sistemas contidos no ambiente tecnológico, para eventuais tratamentos de incidentes cibernéticos. -Atendimento ao Protocolo de Investigação de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PICIBer).</p>	<p>Elaborado relatório de análise dos logs/sincronização de hora "PICIBer - Avaliação do nível de registro de informações logs?" e eventuais necessidades de ajustes foram encaminhadas.</p>	<p>Lucas Poczati/ Cíntia Pincico</p>	<p>Concluído</p>	<p>(outubro/2021)</p>	<p>(fevereiro/2023)</p>	<p></p>	<p>3750</p>	<p>NÃO</p>	<p>OEN7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados</p> <p>OPE10: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados</p>
<p>Adequação da SETIC/TRT4 a LGPD - CNJ 363/2021</p> <p>Objetivo: Realizar análise e implementação das ações prioritárias necessárias de responsabilidade da SETIC, para aderência do TRT em relação à Resolução CNJ nº 363/2021, que estabelece medidas para o processo de adequação à LGPD a serem adotadas pelas Tribunais.</p> <p>O que foi feito: Análise e implementação das ações prioritárias necessárias de responsabilidade da SETIC, para aderência do TRT em relação à Resolução CNJ nº 363/2021, que estabelece medidas para o processo de adequação à LGPD a serem adotadas pelos Tribunais. Elaborado plano com as ações a serem realizadas. https://docs.google.com/document/d/1E6t4QNFvHwVPLNFE3D00u5a6u6XJTCVtqz7NjLg0e/edit#heading=h.345229e3</p> <p>Ações contidas no plano que foram concluídas: 1.Adequações no Portal Internet (plano LGPD e mensagem de cookies). 2.Elaborado plano de resposta a incidentes para vazamento de dados pessoais. 4.Avaliados sistemas e bancos de dados que tratassem dados pessoais. 7.Revisados os modelos de minutas de contratos e comissões com terceiros, no que se refere ao tratamento de dados pessoais. 8.Definido fluxos para informar o CGPD sobre os projetos de automação e inteligência artificial. 9.SETIC capacitada no assunto LGPD.</p>	<p>Obrigatoriedade de conformidade com a LGPD. A SETIC não descobre a necessidade de ajustes em sistemas em relação à definição do tratamento de dados pessoais frente à LGPD. A definição sobre o tratamento deve ser realizada por representantes dos áreas de negócios, responsáveis pela respectiva gestão dos dados pois apesar de os sistemas serem desenvolvidos visando qualidade e segurança, atualmente não há uma visão clara sobre a aderência dos sistemas às definições da LGPD.</p>	<p>Estimado: Adequação à LGPD dos itens que são de responsabilidade da SETIC.</p> <p>Realizado: Adequação à LGPD dos itens que são de responsabilidade da SETIC. Aumento do nível de proteção das informações de dados pessoais. Maior segurança em relação a contratação de terceiros, por meio da inclusão de cláusulas coerentes com a LGPD.</p>	<p>Foi elaborado plano para atendimento aos itens da LGPD que estavam sob responsabilidade da SETIC e as ações prioritárias foram realizadas. O prazo inicial para conclusão dessa ação era Dezembro e permaneceu aberta posteriormente para registro de ações que fossem realizadas em relação a esse tema. Foi definido que a Diretoria Geral é a área responsável por centralizar as ações necessárias em relação à LGPD e enviar outras áreas quando necessário (como a SETIC). Com isso, a presente ação está sendo concluída e caso novas necessidades forem encaminhadas, novas ações serão abertas.</p>	<p>Lucas Poczati/ Cíntia Pincico</p>	<p>Concluído</p>	<p>(março/2021)</p>	<p>(março/2023)</p>	<p></p>	<p>3500</p>	<p>NÃO</p>	<p>OEN7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados</p> <p>OPE10: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados</p>
<p>Estudos para implantação do processo de testes de segurança de aplicações</p> <p>Objetivo: Realizar estudos para elaboração, definição e implantação de um processo de testes de segurança das aplicações desenvolvidas e utilizadas no TRT, contemplando avaliação de soluções/tecnologias open source e pagas.</p> <p>O que foi feito: Realizados estudos e testes para elaboração, definição e implantação de um processo de testes de segurança das aplicações desenvolvidas e utilizadas no TRT, contemplando avaliação de soluções/tecnologias open source e pagas. Nem todos as demais ações foram realizadas. (Processo de testes definido (falta apenas formalização). Modelo de relatório de testes definido e já adotado. Utilizado o módulo Scan de vulnerabilidades para análise em aplicações web (contido na solução de gestão de vulnerabilidades). Revisado e atualizado o guia de desenvolvimento seguro.</p>	<p>Atualmente não há processo formalmente definido para realizar testes de segurança de aplicações desenvolvidas e/ou implantadas no TRT. Tal fragilidade impacta o TRT e afeta os decorrentes de ataques que podem explorar fragilidades existentes nos componentes e nos softwares utilizados no TRT. Tais análises são realizadas esporadicamente. A intenção é que elas sejam realizadas em intervalos regulares, de forma a aumentar o nível de segurança do ambiente tecnológico.</p>	<p>Estimado: -Aumento do nível de segurança do ambiente tecnológico. -Aumento do nível de maturidade de segurança da informação. -Redução do risco de incidentes cibernéticos.</p> <p>Realizado: -De acordo com: -Correção de fragilidades críticas e moderadas de aplicações web.</p>	<p>Testes foram realizados. Ação repenjada para fevereiro/23, para que o processo seja desenhado.</p>	<p>Lucas Poczati</p>	<p>Concluído</p>	<p>(janeiro/2022)</p>	<p>(fevereiro/2023)</p>	<p></p>	<p>3500</p>	<p>NÃO</p>	<p>OEN7: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados</p> <p>OPE10: Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados</p>

